



MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA

DECLARAÇÃO DO CHEFE DOS OBSERVADORES

JOHAN VAN HECKE

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA, TERÇA-FEIRA, 16 DE JUNHO, HOTEL MALAIKA

Esta declaração está disponível em português e inglês mas apenas a versão inglesa faz fé.

Bissau, 16 de Junho de 2009

Bom-dia,

Em nome da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, gostaria de dar a todos vós as boas-vindas a esta nossa primeira conferência de imprensa. É um prazer para mim estar de volta à Guiné-Bissau como Chefe da Missão, já pela terceira vez. Tal como se devem lembrar, estive aqui com o meu Vice-Chefe da Missão dos Observadores, Tony Reis, para as eleições presidenciais de 2005 e para as eleições legislativas de 2008.

Para mim, é tal como regressar a casa, porém, desta vez as circunstâncias parecem ser diferentes. Apesar dos trágicos e lamentáveis acontecimentos de 2 de Março de 2009, a União Europeia mantém firme a vontade de apoiar a Guiné-Bissau, tal como salientou o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, na resolução pacífica da situação em cooperação com outras organizações internacionais presentes na região.

Vocês não irão ver, desta vez, o mesmo número de observadores no terreno; o facto de esta eleição não estar inicialmente prevista e a indisponibilidade de fundos financeiros obrigou a uma redução do tamanho da missão, mas qualidade é melhor que quantidade. Os elementos desta missão são todos observadores experientes, a maioria esteve aqui antes, na Guiné-Bissau. Permitam-me, assim, apresentar-vos a nossa equipa base: à minha direita, o Tony, Vice-Chefe dos Observadores, Cláudia Aranda, a nossa Analista de Media e Assessora de Imprensa, Sylvie Blanchier, Coordenadora dos Observadores e Lars Lagergren, Especialista Legal e Eleitoral. A equipa base é apoiada pelo nosso parceiro institucional, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), representada aqui por Nicolas Gomez, Coordenador do Projecto e José “Pepe” Guitian, Especialista em Operações e Segurança.

Ontem, um grupo de seis Observadores de Longo Prazo (OLPs) foi enviado para diferentes partes do país para acompanhar e observar todas as actividades eleitorais antes, durante e depois das eleições. Os Observadores de Longo Prazo serão reforçados por mais 10 Observadores de Curto Prazo (OCPs), que chegarão ao país no próximo domingo. No total seremos, portanto, 21 observadores vindos de 14 Estados-membros da União Europeia.

Gostaria, também, de realçar o facto de que a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia tem uma metodologia de trabalho diferente de outras missões de observação; o nosso objectivo não é observar somente o acto eleitoral em si, mas sim todo o processo eleitoral. Focalizamo-nos sobre os preparativos, a campanha eleitoral, o contexto legal e possíveis queixas e reclamações, o papel dos meios de comunicação social, o dia das eleições, contagem de votos e o anúncio dos resultados.

Desde a nossa chegada a Bissau mantivemos encontros com membros do Governo e responsáveis eleitorais, vários candidatos, chefes de missões diplomáticas e representantes de organismos internacionais. Com base nesses encontros e em conversações mantidas com outros actores do processo eleitoral, podemos identificar duas preocupações principais: a frágil situação de segurança e a falta de equilíbrio competitivo entre os candidatos.

A violação dos Direitos Humanos e os assassinatos, bem como prisões arbitrárias de líderes políticos e militares, compromete a estabilidade institucional e de segurança, criando um clima de medo, impunidade e de intimidação, que pode afectar e interferir fortemente com o normal desenrolar do processo eleitoral. Por outro lado, pode causar um impacto negativo no normal funcionamento das instituições judiciais quando em correlação com assuntos eleitorais. O respeito por todos os intervenientes no processo eleitoral, incluindo um sistema judicial independente é a condição básica para a realização de eleições democráticas. É imperativo que os eleitores, candidatos e todos os actores eleitorais gozem de condições que permitam um processo eleitoral pacífico e ordeiro.

Vários candidatos exprimiram sérias preocupações no que concerne, não só à sua própria segurança, como também à inexistência de apoio financeiro e o uso de recursos do estado por outros para fins eleitorais. Eles acreditam, também, que a actual situação dos meios de comunicação social, sem capacidade financeira para cobrir adequadamente o processo eleitoral, prejudica tanto os candidatos como os eleitores: os candidatos não conseguem chegar aos eleitores e estes não têm acesso a informação que lhes permita fazer a sua escolha de forma consciente.

Apesar destas circunstâncias e o curto espaço de tempo para pôr em marcha o processo eleitoral, os novos membros da Comissão Nacional de Eleições foram capazes de criar as condições logísticas e técnicas para organizar as eleições a 28 de Junho. A CNE tem conduzido o processo de forma transparente e inclusiva, informando regularmente os cidadãos sobre os seus direitos políticos e eleitorais, bem como envolvendo os principais intervenientes políticos no processo de tomada de decisões.

Poderá haver uma certa apatia e indiferença em relação ao processo eleitoral. Contudo, quero apelar a todos os guineenses para que se dirijam às assembleias de voto no dia 28 de Junho para exercerem os seus direitos democráticos. A Guiné-Bissau necessita urgentemente de uma normalização institucional, da legitimação dos seus líderes, com vista a prosseguir esforços para alcançar a estabilidade e o desenvolvimento do país, através de um processo eleitoral livre, pacífico e ordeiro. Esta é a razão da nossa presença aqui.

Muito obrigado pela vossa atenção.